

**TRAJETÓRIAS DE MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR: BARREIRAS,
CONQUISTAS E CAMINHOS PARA AVANÇO**

**TRAJECTORIES OF BLACK WOMEN IN HIGHER EDUCATION: BARRIERS,
ACHIEVEMENTS AND WAYS FORWARD**

**TRAYECTORIAS DE LAS MUJERES NEGRAS EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR:
OBSTÁCULOS, LOGROS Y VÍAS DE PROGRESO**

 <https://doi.org/10.56238/sevned2025.026-023>

Marcela Aguiar

Secretariado Executivo Trilíngue
Universidade Federal de Viçosa (UFV)
E-mail: marcelaguiarr@gmail.com

Gustavo Simas da Silva

Mestre e Doutorando em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: gustavosimassilva@gmail.com
ORCID: 0000-0003-3485-7910

RESUMO

Este artigo realiza um mapeamento e análise das trajetórias de mulheres negras no ensino superior brasileiro a partir de uma perspectiva interseccional de raça, gênero, classe e regionalidade. A partir de uma revisão narrativa de literatura, foram examinados estudos acadêmicos, relatórios institucionais e dados estatísticos coletados em bases como SciELO, Portal de Periódicos CAPES, Ipea, IBGE e ENAP. Os resultados evidenciam barreiras estruturais (desigualdade de acesso e permanência), institucionais (sub-representação no corpo docente, baixa efetividade de cotas em concursos) e simbólicas (racismo velado, epistemicídio, misoginoir, tokenismo), que impactam inclusive a saúde mental dessas estudantes e docentes. Paralelamente, identificam-se estratégias de resistência — como a escrevivência, o aquilombamento epistêmico e as pedagogias antirracistas — que promovem a produção de saberes contra-hegemônicos, diversificam currículos e fortalecem redes de apoio. O estudo destaca conquistas recentes: expansão das matrículas após a Lei 12.711/2012, ingresso de primeiras gerações de doutoras negras em áreas antes inacessíveis e efeitos multiplicadores de representatividade que elevam autoestima discente e pluralizam a ciência. Por fim, são discutidas práticas e políticas imprescindíveis para consolidar avanços: ampliação de ações afirmativas no ingresso, permanência e carreira docente; inclusão plena das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008; reconhecimento institucional do trabalho de mentoria e extensão; e fortalecimento de coletivos de mulheres negras como espaços de produção intelectual. Conclui-se que a presença dessas mulheres movimentam estruturas acadêmicas historicamente excludentes, mas a igualdade substantiva depende da articulação entre políticas públicas robustas e a continuidade de práticas insurgentes lideradas por intelectuais negras.

Palavras-chave: Mulheres negras. Ensino superior. Feminismo negro. Aquilombamento epistêmico.

ABSTRACT

This article maps and analyzes the trajectories of black women in Brazilian higher education from an intersectional perspective of race, gender, class and regionality. Based on a narrative literature review,



it examines academic studies, institutional reports and statistical data collected from databases such as SciELO, the CAPES Journal Portal, Ipea, IBGE and ENAP. The results show structural barriers (unequal access and permanence), institutional barriers (under-representation in the teaching staff, low effectiveness of quotas in competitive examinations) and symbolic barriers (veiled racism, epistemicide, misogyny, tokenism), which also impact on the mental health of these students and teachers. At the same time, strategies of resistance are identified - such as writing for a living, epistemic aquilombamento and anti-racist pedagogies - which promote the production of counter-hegemonic knowledge, diversify curricula and strengthen support networks. The study highlights recent achievements: the expansion of enrolment following Law 12.711/2012, the entry of the first generation of black female doctors in previously inaccessible areas and the multiplier effects of representation that raise student self-esteem and pluralize science. Finally, practices and policies that are essential for consolidating progress are discussed: expanding affirmative action in admission, tenure and teaching careers; full inclusion of Laws 10.639/2003 and 11.645/2008; institutional recognition of mentoring and extension work; and strengthening black women's collectives as spaces for intellectual production. The conclusion is that the presence of these women moves historically exclusionary academic structures, but substantive equality depends on the articulation between robust public policies and the continuity of insurgent practices led by black intellectuals.

Keywords: Black women. Higher education. Black feminism. Epistemic aquilombamento.

RESUMEN

Este artículo mapea y analiza las trayectorias de las mujeres negras en la educación superior brasileña desde una perspectiva interseccional de raza, género, clase y regionalidad. A partir de una revisión narrativa de la literatura, se examinaron estudios académicos, informes institucionales y datos estadísticos recogidos de bases de datos como SciELO, Portal de Periódicos CAPES, Ipea, IBGE y ENAP. Los resultados muestran barreras estructurales (desigualdad de acceso y permanencia), institucionales (subrepresentación en el cuerpo docente, baja efectividad de las cuotas en los concursos) y simbólicas (racismo velado, epistemicidio, misoginia, tokenismo), que impactan incluso en la salud mental de esos estudiantes y profesores. Al mismo tiempo, se identifican estrategias de resistencia -como la escritura, el aquilombamento epistémico y las pedagogías antirracistas- que promueven la producción de conocimiento contrahegemónico, diversifican los currículos y fortalecen las redes de apoyo. El estudio destaca logros recientes: la ampliación de las matrículas tras la Ley 12.711/2012, la entrada de la primera generación de doctoras negras en áreas antes inaccesibles y los efectos multiplicadores de la representatividad que elevan la autoestima de los estudiantes y pluralizan la ciencia. Finalmente, se discuten prácticas y políticas esenciales para la consolidación de los avances: la ampliación de las acciones afirmativas en el ingreso, la permanencia y la carrera docente; la plena inclusión de las Leyes 10.639/2003 y 11.645/2008; el reconocimiento institucional del trabajo de tutoría y extensión; y el fortalecimiento de los colectivos de mujeres negras como espacios de producción intelectual. La conclusión es que la presencia de estas mujeres mueve estructuras académicas históricamente excluyentes, pero la igualdad sustantiva depende de la articulación de políticas públicas robustas y de la continuidad de prácticas insurgentes lideradas por intelectuales negras.

Palabras clave: Mujeres negras. Educación superior. Feminismo negro. Aquilombamento epistémico.

1 INTRODUÇÃO

A presença de mulheres negras no ensino superior brasileiro é marcada por uma trajetória de lutas e conquistas que expõe as interseções entre raça, gênero, classe e regionalidade. Historicamente, as mulheres negras foram marginalizadas nas universidades, muitas vezes restritas a papéis subalternos, tendo, desde o século XIX, uma presença nas instituições de ensino superior predominantemente como trabalhadoras da limpeza ou do serviço, não como alunas ou professoras; somente em tempos recentes algumas passaram a ocupar salas de aula como estudantes e docentes, ainda assim muito aquém de sua proporção na população brasileira (Santos, 2020). Essa é uma situação que reflete barreiras estruturais e institucionais enraizadas no racismo e no sexismo da sociedade brasileira. Como apontam Crisóstomo e Reigota (2010), a condição da mulher negra docente universitária tradicionalmente tem sido uma condição de exclusão, revelando uma história de “neo-racismo” nas universidades do país.

Ao mesmo tempo, quando mulheres negras rompem essas barreiras e acessam o espaço acadêmico, esse feito representa muito mais do que um avanço individual – trata-se de um ato político e simbólico de ocupação de um espaço público antes restrito a pessoas com marcadores sociais específicos (majoritariamente homens brancos), com potencial de transformar estruturas de poder e ampliar a pluralidade na produção de conhecimento (Azevedo; Sacramento, 2022).

A partir disso, este artigo busca analisar a trajetória das mulheres negras no ensino superior brasileiro, articulando uma perspectiva interseccional. Discutiremos:

1. as barreiras estruturais, institucionais e simbólicas enfrentadas para o acesso, permanência e ascensão na universidade;
2. as estratégias de resistência, escrituras e práticas insurgentes empregadas por essas mulheres em suas trajetórias de superação;
3. as conquistas, impactos e contribuições dessas mulheres negras no meio acadêmico e na sociedade em geral, e
4. as práticas e políticas transformadoras implementadas ou necessárias – incluindo ações afirmativas, pedagogias antirracistas e “quilombagens epistemológicas”.

A análise é fundamentada em dados atualizados e em aportes teóricos de autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, bell hooks, Patricia Hill Collins, Conceição Evaristo, entre outras, bem como em estudos recentes sobre o tema (Oliveira, 2020; Azevedo e Sacramento, 2022; Santos, 2022; Santos, 2020; Silva, 2023; Santos et al., 2024, etc.).

A intenção é promover uma discussão interseccional sobre desafios e avanços das mulheres negras no ensino superior brasileiro, culminando em considerações sobre caminhos para uma universidade mais equitativa e diversa.

2 METODOLOGIA

Este estudo se configura como uma revisão narrativa da literatura, cujo objetivo central é analisar e discutir o panorama da inserção e das vivências de mulheres negras no ensino superior brasileiro. Para tanto, se procedeu a uma seleção criteriosa de publicações acadêmicas e de literatura cinzenta, buscando construir um diálogo abrangente sobre a temática.

A primeira etapa da coleta de dados consistiu no levantamento de produção científica em bases de dados reconhecidas, como SciELO (Scientific Electronic Library Online) e o Portal de Periódicos da CAPES. Foram utilizados descritores como: "mulheres negras" E ("ensino superior" OU "universidade" OU "educação superior"). A pré-seleção dos artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses considerou a relevância e a centralidade da discussão para o tema proposto, priorizando estudos que abordassem as trajetórias, os desafios e as estratégias de mulheres negras no contexto universitário brasileiro.

Em uma segunda etapa, complementar e fundamental para a robustez da análise, recorreu-se à literatura cinzenta. Foram consultados relatórios, pesquisas, dados estatísticos e publicações de instituições de pesquisa e órgãos governamentais de notória relevância no debate sobre desigualdades raciais e de gênero na educação. Destacam-se aqui os materiais produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como por outras organizações não governamentais e observatórios dedicados à temática racial e educacional. A busca por esses materiais foi realizada diretamente nos portais dessas instituições e por meio de referências em estudos acadêmicos.

A seleção final do material bibliográfico, tanto acadêmico quanto cinzento, pautou-se pela pertinência e contribuição de cada documento para a construção de uma narrativa coesa sobre a presença de mulheres negras no ensino superior. Foram priorizados documentos que apresentassem dados quantitativos e qualitativos recentes, análises aprofundadas sobre os marcadores sociais da diferença (raça, gênero, classe), e discussões sobre políticas públicas e institucionais.

Por fim, a análise do corpus documental selecionado foi realizada a partir de uma abordagem narrativa e interpretativa. Buscou-se identificar e discutir as convergências e divergências entre os achados, os principais obstáculos enfrentados por mulheres negras (como o racismo estrutural e institucional, o sexismo e as barreiras socioeconômicas), as políticas de ação afirmativa e seus impactos, bem como as estratégias de resistência e as contribuições dessas mulheres para a transformação do ambiente acadêmico e da produção de conhecimento.

3 BARREIRAS ESTRUTURAIS, INSTITUCIONAIS E SIMBÓLICAS

As mulheres negras enfrentam obstáculos de múltiplas dimensões para ingressar e progredir no ensino superior, resultantes do entrelaçamento de desigualdades raciais, de gênero, socioeconômicas e



regionais. Do ponto de vista estrutural, a desigualdade de acesso à educação superior entre negros e brancos permanece significativa. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apenas 18% dos jovens negros de 18 a 24 anos estavam matriculados no ensino superior em 2020, em contraste com 36% dos jovens brancos na mesma faixa etária (Silva, 2020). Uma disparidade que reflete não uma diferença de capacidade, e sim desigualdades históricas no acesso à educação básica de qualidade, na distribuição de renda e nas oportunidades. Grande parte das mulheres negras que alcançam a universidade são primeira geração de suas famílias no ensino superior, muitas oriundas de famílias de baixa renda e pais com baixa escolaridade (Santos et al., 2024). As barreiras de classe e raça, portanto, se somam: o racismo estrutural limitou por décadas (ou séculos) as oportunidades educacionais da população negra, enquanto o sexismo restringiu as expectativas e incentivos para que mulheres, em especial mulheres negras, perseguissem carreiras acadêmicas.

Mesmo após superar o funil do ingresso, persistem barreiras institucionais e cotidianas à permanência e progressão de mulheres negras na academia. No ambiente universitário, elas muitas vezes enfrentam a solidão de serem as únicas (ou uma das pouquíssimas) pessoas negras em seu curso ou departamento. Relatos de professoras universitárias negras indicam que frequentemente sofrem questionamentos de pertencimento: sua presença desafia estereótipos raciais tão arraigados que colegas e alunos, ao vê-las, inicialmente “não as veem nessa posição” de autoridade intelectual, mas sim as associam a imagens de subalternidade – como “uma mulher negra periférica e subalternizada”, conforme narra uma docente entrevistada por Santos e colegas (2024). Somente quando as pessoas se dão conta de que elas são professoras universitárias, “o discurso muda”.

Essa necessidade constante de afirmar sua legitimidade aponta para barreiras simbólicas: estereótipos e preconceitos que negam às mulheres negras o lugar de sujeito do conhecimento. A naturalização histórica de papéis servis para a mulher negra contribuiu para invisibilizar o racismo e o sexismo no espaço acadêmico – tais processos existem, mas muitas vezes se ocultam sob uma aparência de cordialidade nas relações sociais (Santos, 2020). Isso corresponde ao que estudiosos chamam de racismo institucional velado (Ribeiro, 2024), em que não há leis formais excluindo mulheres negras, porém persistem culturas organizacionais e práticas não escritas que dificultam sua plena inclusão.

Do ponto de vista quantitativo, a sub-representação de mulheres negras no ensino superior é manifesta tanto no corpo discente quanto no corpo docente. Embora a proporção de estudantes negros (soma de pretos e pardos) tenha crescido significativamente na última década – quase quadruplicando entre 2010 e 2019 e atingindo 38,15% dos matriculados graças às políticas de cotas –, esse percentual ainda está abaixo da representatividade desse grupo na população total (cerca de 56% dos brasileiros se autodeclaram negros) (GIFE, 2025). Ou seja, negros e negras seguem sub-representados nas salas de aula universitárias.

Além disso, entre os que conseguem entrar, muitos enfrentam dificuldades de permanecer e concluir a formação, dadas as diferenças de trajetória educacional prévia e condições econômicas (como necessidade de trabalhar, falta de apoio financeiro, etc.). No que tange ao corpo docente, o desequilíbrio racial é ainda mais acentuado. Dados recentes indicam que apenas cerca de 20% dos professores do ensino superior no Brasil são negros (pretos ou pardos) (Amorim, 2025). A maioria esmagadora dos docentes universitários, sobretudo em instituições e cursos de maior prestígio, é formada por homens brancos, seguidos por mulheres brancas, com pouquíssima participação de mulheres negras. Em 2019, os docentes pretos e pardos nas universidades federais correspondiam a apenas 16,2%, embora esse número tenha crescido ligeiramente em relação a 2012 (13,2%) (Moreira, 2025; Tenente, 2025). Em outras palavras, menos de um em cada cinco professores universitários é negro, sendo que a fração especificamente de professoras negras é ainda menor (inferior à de professores homens negros). Um estudo realizado em cinco universidades federais da Região Centro-Oeste (Oliveira, 2020) ilustra essa disparidade: na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), uma das que apresentaram maior inclusão, 25% das professoras eram autodeclaradas negras em 2019, ao passo que na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), esse número era de apenas 1% – virtualmente uma ausência total de docentes negras no quadro dessa instituição. A Tabela 1 resume alguns indicadores comparativos de participação de negros no ensino superior.

Tabela 1 – Indicadores sobre população negra e população branca no ensino superior.

Indicador (Ano)	População Negra (Pretos e Pardos)	População Branca
Jovens 18–24 anos cursando faculdade (2020)	18% – taxa de escolarização no superior entre negros	36% – taxa entre brancos da mesma faixa
Estudantes matriculados no ensino superior (2019)	38,1% do total de alunos se declaram negros (após expansão via cotas)	– (56% na população geral)
Docentes do ensino superior (2019)	~16% do total de docentes se declaram negros (pretos ou pardos)	~84% (estimado) se declaram brancos (maioria homens)

Fonte: Ipea (Silva, 2020), Censo da Educação Superior (Brasil, 2020).

São números que evidenciam desigualdades persistentes. Cabe ressaltar que mesmo políticas públicas recentes para inclusão de negros na carreira docente têm tido alcance limitado. A Lei nº 12.990/2014, que reserva 20% das vagas em concursos públicos federais para candidatos negros, resultou em impacto irrisório nos concursos para professores universitários: entre 2014 e 2019, apenas 0,53% dos docentes nomeados em universidades públicas via concursos eram pretos ou pardos (Brasil, 2014; ENAP, 2021). Esse resultado ínfimo – muito aquém da meta de 20% – demonstra como mecanismos institucionais podem diluir a efetividade das cotas (por exemplo, abrindo poucas vagas por edital ou espalhando as vagas por unidades, o que reduz a aplicação da reserva) (Brasil, 2014; ENAP, 2021).

Além disso, o fenômeno do tokenismo e da hipervisibilidade também são desafios latentes enfrentados por mulheres negras que conseguem entrar no ensino superior, gerando pressões adicionais que podem inibir sua autenticidade e criatividade (Do Nascimento, 2025). A representatividade frequentemente se torna um fardo quando o indivíduo é visto como um símbolo em vez de ser valorizado por sua competência. Tal situação implica pressão constante por resultados e a expectativa de que suas ações representem todo um grupo, levando à sobrecarga emocional e profissional (Costanzi; Mesquita, 2021). A hipervisibilidade, por sua vez, acentua os riscos de exposição a críticas e à marginalização em contextos com cultura institucional não inclusiva.

Há, inclusive, a barreira do “misoginoir” (Kwarteng, 2022), que se refere à intersecção específica de misoginia e racismo direcionada a mulheres negras, compreendendo violências simbólicas e materiais que elas enfrentam na academia. Estereótipos de gênero e raça, como a hipersexualização ou a associação da mulher negra a papéis de subserviência, afetam negativamente sua credibilidade intelectual e sua experiência universitária. A linguagem acessível utilizada por intelectuais negras, por exemplo, pode ser distorcida e utilizada como pretexto para desmerecer a profundidade do trabalho acadêmico produzido por elas, numa evidente manifestação de julgamento racializado e sexista.

Soma-se neste cenário o assédio moral e sexual, que constituem uma grave violação de direitos que impacta desproporcionalmente as mulheres negras no ambiente universitário. Há relatos de estudantes da Universidade de São Paulo (USP), para citar uma, indicando que se percebe “a experiência de ser colocada no lugar de Outro, de olhar para todas as direções e não ver ninguém que se pareça com você [...] como uma experiência de violência” (Vedovato, 2024). A cultura do silêncio e a falta de canais seguros e efetivos de denúncia e acolhimento nas instituições agravam o problema, muitas vezes resultando na revitimização e na impunidade dos agressores. Uma parcela significativa das universidades federais sequer possui políticas institucionais de combate ao assédio, e, quando existem, raramente contemplam recortes de gênero e raça de forma adequada.

Por último, embora não de menor relevância, há o fator geográfico: as barreiras são acentuadas em discentes oriundas de locais periféricos ou regiões como o Nordeste, contextos historicamente marginalizados. Uma pesquisa de Dyane Reis (2020), apresenta entrevistas com mulheres negras nordestinas egressas de políticas de cotas no ensino superior: Maria Felipa¹, cuja mãe é analfabeta, via a escola como “a única possibilidade” e uma estratégia para não enfrentar o trabalho na lavoura; já Beatriz Nascimento, filha única que se “casou antes do 20 anos e separou 4 meses depois”, tendo sofrido de depressão, porém dado “a volta por cima”, reconhece a importância de alguns professores como motivadores em sua trajetória; e Rute de Souza, uma jovem negra de pele clara que inicialmente se autodeclarava amarela devido à dificuldade de identificação racial, teve sua história marcada pela

¹ Foram utilizados codinomes associados a figuras que contribuíram para a história negra brasileira (Reis, 2020).



ausência materna, ingressando na graduação em Serviço Social, mas "se apaixonando" à medida que o conhecia, tendo suas experiências no Centro Acadêmico e no estágio na Assistência Estudantil como "definidoras da sua permanência na Universidade", embora, após formada, não tenha conseguido atuar na área, trabalhando em um call center à época da entrevista.

A autora ainda advoga que "qualquer política pública, qualquer trabalho acadêmico sobre equidade, daqui para a frente, deverá pontuar os desafios impostos e as consequências que a pandemia trouxe à educação brasileira" (Reis, 2020), a partir da constatação de dificuldades de muitas discentes, como acesso à internet e condições de estudo precárias, especialmente os 70,2% de graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos.

As barreiras, sejam elas estruturais, institucionais ou simbólicas, percebe-se, incluem tanto processos seletivos pouco equitativos quanto ambientes acadêmicos pouco acolhedores, nos quais as pessoas negras, especialmente mulheres, raramente encontram pares, mentores ou referências que compartilhem de sua origem e experiência. Mas há estratégias para contornar ou mitigar tais barreiras, como veremos a seguir.

4 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA, ESCRIVIVÊNCIAS E PRÁTICAS INSURGENTES

Diante de obstáculos tão numerosos, as mulheres negras que adentram e permanecem no ensino superior o fazem recorrendo a diversas estratégias de resistência – individuais e coletivas – muitas vezes inovadoras e insurgentes em relação à cultura acadêmica dominante. Uma dessas estratégias é o que a escritora Conceição Evaristo denominou de *escrevivência*, isto é, narrar e escrever a própria vivência negra como forma de afirmar identidade e produzir conhecimento (Evaristo, 2020). A *escrevivência* parte do cerne da escrita das vivências negras, valorizando a experiência da mulher negra como fonte legítima de saber e resistência (Pereira; Pereira; Pocahy, 2021). Ao longo de suas trajetórias acadêmicas, mulheres negras têm registrado e analisado suas experiências, produzindo narrativas autobiográficas e pesquisas autoetnográficas que expõem o racismo institucional e as formas de superação. Essa prática, além de terapêutica e empoderadora para quem escreve, cumpre papel político de visibilizar realidades antes ignoradas pela academia e de construir referencial teórico a partir da perspectiva de mulheres negras.

Para muitas, a família e a comunidade de origem foram os primeiros pilares de resistência que possibilitaram o ingresso na universidade. É comum essas mulheres creditarem à família – mesmo com baixa escolaridade – o incentivo para continuar estudando e buscar o ensino superior, visto como caminho de ascensão social. Na pesquisa de Oliveira e Vasconcelos (2024) com alunas negras de Geografia, todas apontaram o forte apoio familiar como fator decisivo para persistirem na educação,



muitas vezes em meio a circunstâncias adversas (pais e mães que, apesar de não terem tido acesso à universidade, sonhavam com um futuro diferente para as filhas).

Além do núcleo familiar, redes de apoio comunitário e movimentos sociais negros desempenham papel fundamental. Iniciativas como cursinhos comunitários pré-vestibular exclusivos para negros – a exemplo do pioneiro Instituto Steve Biko, fundado na Bahia em 1992 (Santos, 2021) – e coletivos de estudantes negros nas universidades oferecem orientação, repertório cultural e suporte emocional. Esses espaços funcionam como quilombos contemporâneos, onde mulheres negras se fortalecem mutuamente e constroem senso de pertencimento.

Tal fenômeno tem sido conceituado como “aquilombamento epistêmico” – a criação de espaços de produção de conhecimento inspirados na solidariedade dos quilombos históricos (Martins; Moisés, 2023). A ideia de “se aquilombar” significa unir-se coletivamente para resistir e existir em ambientes coloniais (literais ou simbólicos) hostis. Por exemplo, autoras negras relatam que a própria escrita acadêmica conjunta é uma forma de aquilombamento: ao escreverem em coautoria, elas “se aquilombam” por meio da escrita, construindo conhecimento de forma coletiva e horizontal, em contraste com a lógica individualista e eurocêntrica dominante (Aragão; Mendes, 2024; De Azevedo; De Jagun, 2024).

No cotidiano acadêmico, as mulheres negras desenvolvem táticas resilientes para enfrentar o racismo e o sexismo institucionais. Uma tática frequentemente mencionada é a da hipervigilância competente: conscientes de que serão mais questionadas, elas buscam estar duplamente preparadas, dominando os conteúdos e qualificações para não deixar brechas à desqualificação. Contudo, além do mérito individual, mulheres aprendem a usar a própria identidade como força motriz. Relatos de professoras negras a partir de pesquisa de Santos e colegas (2024) indicam que a consciência de terem que “lutar para se apropriar de um espaço que está sempre dizendo que não lhes pertence” torna-as extremamente perseverantes. Essa luta contínua pela legitimação acaba por forjar nelas uma capacidade de resiliência excepcional, bem como um senso de missão: muitas sentem que precisam “se tornar uma referência, uma figura de representatividade para os alunos”, visto que o número de docentes negras é tão pequeno. Ou seja, assumem para si a responsabilidade de abrir caminhos para as próximas gerações, atuando como modelos e mentoras para estudantes negros(as).

Essa postura pode ser entendida à luz do conceito da socióloga Patricia Hill Collins sobre a posição de “forasteiro de dentro” ou “*outsider within*” (Collins, 2016; Menezes, 2023), em que mulheres negras acadêmicas, apesar de internas à instituição, mantêm um olhar de fora crítico sobre ela. De fato, a pesquisa de Santos e colegas descreve esta presença (ou ausência) de mulheres negras na universidade como a de “*outsiders*”, pessoas à margem – a partir do conceito explorado por Audre Lorde (2019) – dentro desses espaços. Paradoxalmente, é justamente essa posição marginal que lhes permite enxergar as contradições do meio acadêmico e propor alternativas inovadoras.

Uma das formas mais poderosas de resistência das mulheres negras na academia tem sido a produção de conhecimento contra-hegemônico, apoiada em teorias feministas negras e em metodologias interseccionais, a partir do construto da interseccionalidade cunhado por Kimberlé Crenshaw (1991). Autoras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, desde a década de 1980, lançaram as bases para compreender a realidade da mulher negra por meio de um enfoque interseccional – analisando simultaneamente os efeitos do racismo, do patriarcado e das desigualdades de classe (Lorde et al., 2019). Hoje, alunas e pesquisadoras negras apropriam-se e expandem esse arcabouço teórico. É comum o uso explícito da interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica, a fim de “entender o racismo desde uma perspectiva de gênero e o gênero a partir de uma perspectiva racial” (Santos, 2020), questionando os processos de formação das classes sociais e todas as hierarquias imbricadas. Esta é uma abordagem que permite evidenciar como as experiências das mulheres negras não podem ser compreendidas isolando apenas a raça ou apenas o gênero – o que se conecta com a ideia de “dupla consciência” (a percepção de si mesmo por meio de dois olhares distintos e muitas vezes conflitantes) de Du Bois (2021) –, já que elas vivenciam simultaneamente ambas as opressões de forma entrelaçada.

O feminismo negro utiliza da interseccionalidade como uma das categorias analíticas essenciais para a compreensão das trajetórias das mulheres negras. Angela Davis (2016), em sua obra *Mulheres, Raça e Classe* (1981), aponta a indissociabilidade das opressões estruturais. Para Davis, a verdadeira compreensão das discriminações exige um olhar interseccional, que é crucial para entender as diversas formas de violência e exclusão vivenciadas pelas mulheres negras nas esferas acadêmica e profissional.

No âmbito da sala de aula e da prática docente, as mulheres negras vêm implementando verdadeiras pedagogias insurgentes e antirracistas. O confronto com um currículo que não reflete histórias, culturas e realidades, e que muitas vezes reproduz estereótipos e visões distorcidas sobre a população negra, é uma forma de violência simbólica que afeta o processo de identificação, engajamento acadêmico e autoestima intelectual de alunas negras (Pereira; Pereira; Pocha, 2021). O epistemicídio (a destruição de conhecimentos não assimilados pela cultura ocidental, conforme descrito por Boaventura de Souza Santos, 1997) não apenas as priva do acesso a referenciais que poderiam fortalecer suas identidades e instrumentalizar suas lutas, mas também empobrece a própria produção de conhecimento universitário, que se mantém limitado e enviesado.

Uma pesquisa etnográfica de Wellington Santos realizada com professoras universitárias negras observou que essas docentes têm atuado deliberadamente para romper com currículos eurocêntricos, introduzindo conteúdos e perspectivas plurais em suas disciplinas (Santos, 2022). Mesmo quando lecionam em áreas científicas ou campos onde raça e gênero não são tradicionalmente debatidos, elas encontram maneiras de inserir o debate racial nas aulas, tornando-o muitas vezes central, ainda que



não constasse originalmente no programa da disciplina. Tal prática subversiva – de infundir a pauta de raça e gênero independentemente do tema – serve a dois propósitos:

1. por um lado, acolher estudantes negros (que finalmente se veem contemplados no conteúdo e têm suas vivências legitimadas no debate acadêmico);
2. por outro, sensibilizar estudantes brancos e a comunidade acadêmica em geral para questões de diversidade, desmontando preconceitos.

As professoras negras frequentemente adaptam suas metodologias de ensino para valorizar saberes de grupos minorizados, numa atitude de educação libertadora que lembra as propostas de bell hooks e Paulo Freire (Soares; Costa, 2019). Elas trazem para a sala de aula memórias, elementos culturais e modos de aprendizagem conectados às realidades sociais distintas das quais provêm, rompendo com os “clichês conceituais” que tradicionalmente orientam o ensino superior eurocêntrico. Ao questionarem o currículo tradicional, incluindo autores negros nas bibliografias, produzindo artigos críticos e promovendo debates sobre racismo e sexismo mesmo fora das disciplinas específicas, essas docentes acabam redesenhando o espaço acadêmico.

Observa-se um engajamento social nítido em sua prática: elas orientam e apoiam ativamente estudantes negros em suas demandas urgentes, servem de mentoras, e estimulam a formação de intelectuais orgânicos comprometidos com a transformação social (Santos, 2022). Tais práticas insurgentes demonstram a agência dessas mulheres em ressignificar a universidade de dentro para fora – “tornando o debate epistemológico mais plural” e o ambiente mais acolhedor para a diversidade.

Importante notar que essa resistência das mulheres negras não ocorre de forma isolada, mas se alimenta de trocas coletivas e da tradição de luta dos movimentos de mulheres negras. Muitas docentes e pesquisadoras trazem na bagagem a participação em organizações negras, em terreiros de religiões de matriz africana, pastorais religiosas progressistas e movimentos quilombolas. Esses outros espaços formativos foram cruciais para moldar sua consciência e prática. As professoras negras universitárias recebem influências dessas vivências comunitárias e políticas, o que enriquece sua visão de mundo e impacta diretamente seu discurso e prática docente dentro da universidade (Santos, 2022; Santos; De Oliveira Dias, 2019). Ou seja, elas inserem na academia valores e epistemologias vindos de fora dela, frutos da organização social e da resistência negra ao longo do tempo – construindo uma continuidade com gerações anteriores de intelectuais negros engajados na luta antirracista. Esse processo representa, na verdade, uma insurgência epistemológica: questiona-se quem produz conhecimento válido e se ampliam os horizontes do que se considera saber acadêmico.

Frequentemente, essas mulheres acabam transitando entre dois mundos – o acadêmico institucional e o comunitário/popular – e agindo como pontes entre eles, democratizando o



conhecimento acadêmico e trazendo legitimidade acadêmica para saberes tradicionais ou marginalizados.

Como conclui Wellington Santos (2022) em sua tese sobre feminismo negro acadêmico, ao se engajarem nos temas de gênero e raça e os integrarem em suas aulas, as professoras negras estão realizando um trabalho “louvável, inspirador, potente e necessário” que desafia as bases da produção de conhecimento vigente.

A confluência de todas essas barreiras – racismo institucional, misoginoir, desigualdades socioeconômicas, epistemicídio – tem um impacto devastador na saúde mental das estudantes universitárias negras. A análise de Raça, Gênero e Saúde Mental nas Universidades Federais do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (vinculado a Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ) indica uma alta prevalência de ansiedade, depressão, desânimo, alterações no sono e sentimentos de desamparo entre esse grupo (Freitas et al., 2020). Em 2018, 67% das graduandas pretas e pardas em universidades federais relatavam sofrer com ansiedade, e 42% sentiam-se desanimadas ou sem vontade de fazer as coisas. As dificuldades financeiras e a sobrecarga de trabalhos estudantis também são apontadas como importantes fatores de risco.

Esse fenômeno social do ingresso e a ascensão de mulheres negras na academia demonstra que o pioneirismo alcançado também pode trazer outros desafios. Em uma pesquisa feita por Lima (2020) sobre as narrativas da primeira geração de formados no ensino superior, revela os impactos psicossociais significativos associados à mobilidade educacional, especialmente no que se refere ao desgaste pessoal vivido por esses indivíduos. Ao analisar as trajetórias de estudantes oriundos de classes populares, a autora destaca como o processo de ascensão acadêmica pode gerar conflitos internos e emocionais, resultando em uma sensação de alienação entre o ambiente universitário e suas raízes socioculturais.

Assim, frente a um ambiente inicialmente hostil, as mulheres negras acionam uma pluralidade de estratégias de resistência – desde o apoio familiar e comunitário, passando pela construção de coletivos e escrevivências, até a subversão criativa do currículo e da pedagogia – para não apenas sobreviver na academia, mas transformá-la a partir de dentro. A próxima seção discutirá os frutos dessas lutas em termos de conquistas e contribuições alcançadas, tanto para as próprias mulheres negras quanto para a universidade e a sociedade em geral.

5 CONQUISTAS, IMPACTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES NEGRAS NA ACADEMIA

Nas últimas duas décadas, o ensino superior brasileiro vivenciou uma inflexão importante graças à maior inclusão de estudantes e docentes negros, especialmente mulheres negras. Embora os desafios permaneçam, é fundamental reconhecer as conquistas históricas alcançadas por essas



mulheres e os impactos positivos de sua presença na academia. Como a frase atribuída a Angela Davis afirma: “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (Santos, 2018). De fato, a inserção crescente – ainda que lenta – de mulheres negras no ambiente universitário tem provocado transformações estruturais e epistemológicas de largo alcance.

Uma das principais conquistas diz respeito ao aumento expressivo do acesso de mulheres negras ao ensino superior após a adoção de políticas de ação afirmativa. A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) e programas como o Prouni democratizaram o ingresso nas universidades públicas e privadas, favorecendo candidatos negros e de baixa renda. Em consequência, o contingente de alunos negros nas universidades brasileiras aumentou quase 400% entre 2010 e 2019, atingindo aproximadamente 38% do total de estudantes (GIFE, 2025). Esse avanço representou a realização do sonho universitário para milhares de jovens mulheres negras, muitas das quais se tornaram as primeiras de suas famílias a entrar em uma faculdade. Trata-se de uma mudança geracional significativa: pela primeira vez na história, vimos um volume expressivo de mulheres negras concluindo graduações, especializações e prosseguindo para mestrados e doutorados. Um fenômeno social de “conquista coletiva que quebra um ciclo intergeracional” (Aguiar, 2021). Isso se reflete também na composição de algumas carreiras antes praticamente inacessíveis a esse grupo. Por exemplo, na área de Geografia (como documentado por Azevedo e Sacramento, 2022) e mesmo em campos de baixa representatividade feminina como a Física (Silva, 2023), vemos emergir novas pesquisadoras negras construindo trajetórias acadêmicas inéditas em seus campos.

A presença de mulheres negras qualificadas na pós-graduação e nos quadros docentes começa a produzir mudanças na cultura acadêmica e científica do país. Estudos publicados sobre trajetórias de docentes negras vêm crescendo, e todos indicam que, mesmo enfrentando circunstâncias desafiadoras, a presença dessas mulheres “movimenta a estrutura institucional” das universidades (Santos et al., 2024). Ou seja, a simples existência de professoras negras e pesquisadoras negras em espaços antes exclusivamente brancos e masculinos já é em si um fator de desestabilização de antigos padrões. Sua presença abre brechas no “ideal masculino, branco, pretensamente universal” que durante tanto tempo definiu o padrão de excelência acadêmica. Quando uma mulher negra ascende a posições de destaque – seja obtendo um título de doutora, seja tornando-se docente efetiva, coordenadora de grupo de pesquisa ou ocupando cargos administrativos – isso inspira mudanças de percepção: alunas negras passam a se enxergar nessas posições, colegas brancos confrontam seus preconceitos (conscientes ou inconscientes) sobre competência, e a instituição se vê instada a repensar práticas para acolher a diversidade.

Um efeito importante da maior participação de mulheres negras na academia é a diversificação da produção de conhecimento. Essas mulheres trazem perguntas de pesquisa, enfoques teóricos e metodológicos e referências bibliográficas que antes tinham pouco espaço na universidade. Muitos



focos de investigação inéditos têm ganhado corpo, particularmente nas Ciências Humanas, Sociais e nas Artes, mas também em áreas aplicadas, a partir do olhar de pesquisadoras negras. Por exemplo, conforme descrevem Santos e colegas (2024), estudos sobre relações étnico-raciais na educação, saúde da população negra, territorialidade quilombola, representatividade na mídia, tecnologias sociais em periferias, entre outros, foram impulsionados pela atuação de intelectuais negras.

Além disso, mesmo em campos tradicionalmente neutros quanto a essas pautas, a presença de mulheres negras tende a enriquecer os debates científicos. Muitas docentes negras, ao atuarem em suas áreas, incorporam perspectivas interseccionais e questionamentos críticos, contribuindo para romper a visão única eurocêntrica e androcêntrica das ciências (Batista; Rauen, 2017; Santos et al., 2024). É uma pluralização epistemológica que tem impactos de longo alcance: novos paradigmas e teorias podem emergir quando se inclui a perspectiva antes ausente. Conforme Patricia Hill Collins argumenta em *Pensamento Feminista Negro* (2019), as intelectuais negras operam como “forjadoras de conhecimento” a partir de uma posição única na estrutura social, questionando verdades tomadas como universais e propondo alternativas baseadas em suas experiências coletivas. No contexto brasileiro, podemos afirmar que as professoras e pesquisadoras negras estão contribuindo para uma “quilombagem” (ou “aquilombamento”) do saber acadêmico, libertando-o das amarras de uma visão monocultural.

A inserção de mulheres negras na docência superior também gera impactos diretos na comunidade acadêmica e discente. Alunas e alunos negros relatam que ter uma professora negra ou orientadora negra em sua trajetória faz enorme diferença em termos de autoestima, sentimento de pertencimento e expectativas de sucesso (Aguilar, 2021). Essas docentes atuam como mentoras e modelos que inspiram estudantes a persistir e a almejar voos mais altos. Quando uma estudante negra vê uma doutora negra à frente, ela passa a acreditar que aquele espaço lhe pode pertencer; é a concretização do que antes parecia impossível. Não por acaso, entrevistas com professoras universitárias negras mostram que elas se preocupam em ser uma influência positiva: sentem-se instadas a “se tornar uma referência, uma figura de representatividade para os alunos” negros mais jovens (Santos et al., 2024). Esse efeito multiplicador é essencial para quebrar o ciclo de exclusão. E mesmo estudantes não negros se beneficiam: a convivência com docentes diversas os prepara para uma sociedade multicultural e combate estereótipos, contribuindo para a formação de profissionais mais conscientes e cidadãos menos preconceituosos.

No âmbito social mais amplo, as contribuições das mulheres negras acadêmicas reverberam para fora dos muros universitários. Muitas delas mantêm atuação em projetos de extensão e iniciativas comunitárias, levando conhecimento para beneficiar populações vulneráveis, elaborando propostas de políticas públicas e influenciando debates na mídia e na cultura. Intelectuais como Lélia Gonzalez (pioneira nos anos 1980) abriram caminho articulando saber acadêmico com militância, e essa tradição



segue hoje com tantas professoras e pesquisadoras negras que são também ativistas e formuladoras de agendas antirracistas e feministas (Lorde et al., 2019). Não é exagero dizer que há uma renovação no campo intelectual brasileiro em curso: aquilo que antes era produzido quase exclusivamente pela visão de homens brancos de elite, aos poucos conta mais com a contribuição vigorosa de mulheres negras das mais variadas origens regionais e de classe, produzindo uma ciência e uma cultura mais conectada com a maioria da população brasileira.

Vale mencionar, ainda, a transformação de identidades que acompanham essas conquistas. Se no passado mulheres negras com alta formação podiam sentir a necessidade de se “embranquecer” simbolicamente para serem aceitas (renegando sua origem ou evitando temas raciais, por exemplo), hoje observa-se uma tendência oposta: há orgulho em se afirmar mulher negra acadêmica e em trazer a própria identidade para o centro da atividade profissional. Conforme Gomes (1999 apud Azevedo; Sacramento, 2022) já pontuava, “ser mulher negra no Brasil é um acúmulo de lutas, indignação e avanços”, um constante conflito entre a negação e a afirmação de suas origens. Muitas professoras negras atuais buscam resolver esse conflito pelo lado da afirmação – elas fazem questão de afirmar suas raízes e incorporar seus saberes ancestrais na sua atuação, o que enriquece a universidade, tornando-a mais democrática em termos culturais. Como exemplo, não é incomum cerimônias de colação de grau serem mais inclusivas (Macedo, 2025), terem homenagens ou referências à cultura afro-brasileira (Sperotto, 2025), algo impensável décadas atrás. Até mesmo nas ciências exatas, onde a participação feminina negra é minoritária, aquelas que rompem o teto de vidro têm se tornado porta-vozes por inclusão, denunciando o racismo estrutural nessas áreas e propondo estratégias para atrair mais meninas negras para STEM (Science, Technology, Engineering, Mathematics) (Faustin et al., 2022).

É claro que essas conquistas não vieram sem custos pessoais. Muitas mulheres negras pioneiras na academia relatam ter vivido sentimentos ambíguos ao alcançar posições de destaque: por um lado, a alegria da conquista individual; por outro, a solidão e responsabilidade por ser a única naquele espaço, carregando consigo as expectativas de representar “toda” uma coletividade (Azevedo; Sacramento, 2022). Há nelas a constante lembrança dos “sacrifícios que sua família fez para que ela pudesse estar ali” e da consciência de que obtiveram oportunidades negadas a suas semelhantes. Tais sentimentos evidenciam que as vitórias individuais estão sempre conectadas a um projeto coletivo maior – a ascensão de uma mulher negra é simbolicamente a ascensão de muitas, daí a expressão “a vitória de uma é a vitória de todas” (título do trabalho de Santos, 2020). Esse senso de coletividade marca a atuação dessas mulheres: suas contribuições acadêmicas geralmente têm um sentido social nítido, voltado não apenas ao avanço abstrato do saber, mas à melhoria das condições de vida e à justiça social.



Podemos dizer, por fim, que as mulheres negras vêm gradualmente rompendo o “teto de vidro” e “paredes invisíveis” da academia; e ao fazê-lo estão transformando tanto a si mesmas quanto a instituição. Elas diversificam os conteúdos, inovam nas abordagens e tornam a universidade mais relevante para os desafios reais do país. Suas conquistas – de ingressar, se titular, ocupar um cargo docente, liderar pesquisas – geram impactos multiplicadores que beneficiam gerações e fortalecem a construção de uma sociedade mais plural e equânime.

No entanto, para que essas vitórias individuais e coletivas se consolidem e ampliem, é necessário apoio institucional e políticas consistentes, conforme discutiremos a seguir.

6 PRÁTICAS E POLÍTICAS COMO CAMINHOS PARA AVANÇO: AÇÕES AFIRMATIVAS, PEDAGOGIAS ANTIRRACISTAS E AQUILOMBAMENTOS EPISTÊMICOS

O avanço da participação de mulheres negras no ensino superior brasileiro não seria possível sem um conjunto de práticas e políticas transformadoras implementadas especialmente a partir dos anos 2000. Diante de séculos de exclusão, medidas afirmativas tornaram-se essenciais para acelerar a inclusão e corrigir desigualdades históricas. Como já citamos, há política de cotas nas universidades públicas, estabelecida pela Lei 12.711/2012 (que reservou parte das vagas para estudantes de escolas públicas, negros, indígenas e outras minorias) e há programas como o Prouni (que concede bolsas em universidades privadas) e o Fies (financiamento estudantil). Os frutos dessas ações afirmativas são visíveis no salto quantitativo de estudantes negras matriculadas e na mudança de perfil dentro dos campi, conforme já demonstrado por dados apresentados anteriormente.

Entretanto, os desafios de permanência ainda exigem políticas complementares: assegurar bolsas de auxílio, residências universitárias, restaurantes universitários e outros mecanismos de assistência estudantil são fundamentais para que alunas negras de baixa renda consigam concluir seus cursos. Esses recursos foram determinantes na trajetória de muitas estudantes – por exemplo, na Universidade Regional do Cariri (CE), benefícios como bolsa remunerada, moradia e restaurante universitário garantiram a permanência das alunas negras, mitigando dificuldades econômicas (Oliveira; Vasconcelos, 2024). Ações afirmativas abrangentes, contemplando não só o acesso mas também a manutenção das estudantes na universidade, são essenciais para o sucesso da inclusão.

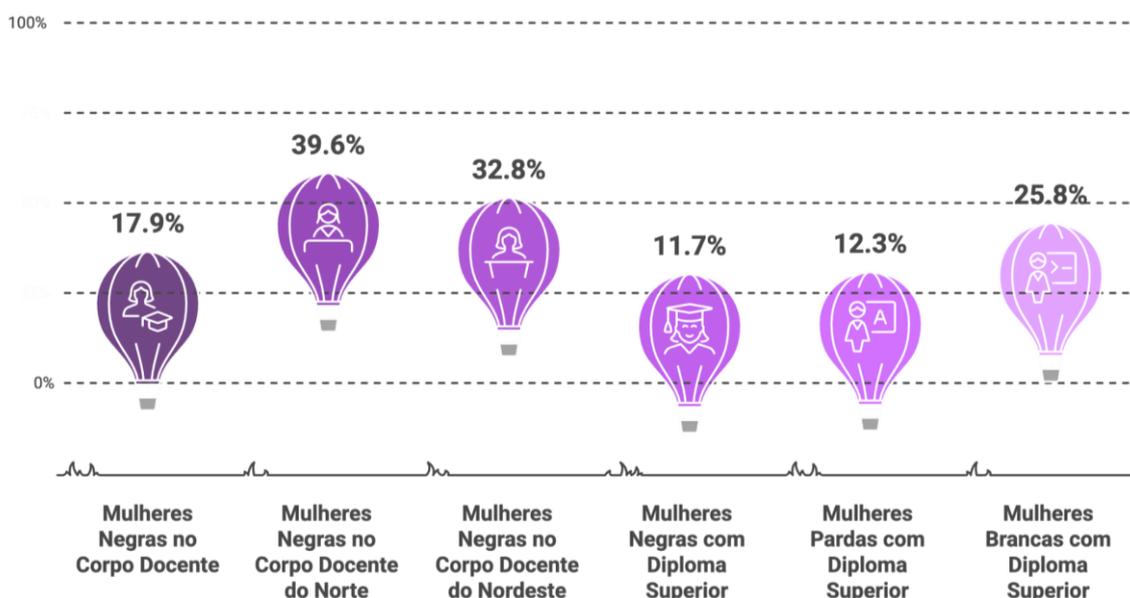
No tocante à carreira docente, iniciativas de promoção da diversidade começam a ganhar espaço, embora de forma tímida. Além da já citada Lei 12.990/2014 (cotas em concursos públicos federais), algumas universidades adotaram ações afirmativas na pós-graduação – ou seja, reservas de vagas e incentivos para que pessoas negras, indígenas e de outros grupos sub-representados ingressem em programas de mestrado e doutorado. Essa medida é estratégica: formar mais mestres e doutores negros, significa maior candidatos qualificados para futuras vagas de docentes. Dados recentes indicam que ainda há longo caminho a percorrer: em 2020, apenas 2,7% dos alunos de pós-graduação no Brasil

eram pretos e 12,7% pardos (somando ~15,4% negros), em contraste com 82,7% de brancos – um espelho da disparidade que também vemos no corpo docente (GIFE, 2025).

Porém, há sinais positivos de mudança. De 2014 para cá, vários programas de pós-graduação implantaram cotas ou pontuação extra para candidatos negros e a primeira geração de cotistas na pós já começa a concluir seus cursos (Felipe; Santana, 2024). Ademais, algumas universidades federais aprovaram resoluções destinando percentuais de vagas de professor substituto ou jovens docentes para candidatos negros, numa espécie de “cota docente” voluntária em nível institucional.

Os dados do Infográfico 1 revelam uma sub-representação significativa de mulheres negras no corpo docente feminino das instituições federais de ensino superior: elas ocupam apenas 17,9% dessas posições em nível nacional (2022). No entanto, as regiões Norte (39,6%) e Nordeste (32,8%) apresentam proporções mais elevadas, o que pode estar relacionado a fatores como a maior presença de população negra e políticas regionais de inclusão, sugerindo que o território também influencia as possibilidades de inserção acadêmica dessas mulheres.

Infográfico 1 – Indicadores sobre população negra e branca no ensino superior entre 2000 e 2022.



Fonte: Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM) 2025.

Outra frente vital de transformação é a incorporação de pedagogias antirracistas e formação em relações étnico-raciais nos currículos. As leis 10.639/2003 (Brasil, 2003) e 11.645/2008 (Brasil, 2008), que tornaram obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na educação básica, indiretamente pressionam as universidades (especialmente cursos de formação de professores) a incluir conteúdos de relações raciais. Isso tem reflexos na formação de novos docentes, preparando-os para lidar com a diversidade e combater o racismo na sala de aula.



Além disso, diversos projetos de extensão universitária promovem cursos, seminários e materiais didáticos sobre educação antirracista, geralmente com forte protagonismo de educadoras negras. No âmbito interno, universidades têm criado núcleos e observatórios dedicados à promoção da equidade racial e de gênero, organizando campanhas de conscientização contra o racismo, acolhimento de denúncias de discriminação e oferecimento de apoio psicopedagógico a alunos(as) vítimas de preconceito. Ainda que tais iniciativas variem muito de instituição para instituição, sua proliferação nos últimos anos indica um reconhecimento crescente de que a universidade precisa se reformar para ser, de fato, inclusiva.

No âmbito destas iniciativas, vale retomarmos o conceito de “aquilombamento epistêmico”. Este conceito se refere à ideia de reproduzir, no terreno do conhecimento, a lógica dos quilombos: espaços de autonomia negra, solidariedade e construção coletiva à margem do sistema opressor. Epistemologicamente, aquilombar-se significa criar redes de intelectuais negros(as) que dialogam, produzem teorias e metodologias próprias, validadas por suas comunidades, rompendo com a dependência exclusiva de referenciais do Norte Global. Vemos exemplos disso em coletivos e grupos de pesquisa liderados por mulheres negras que se dedicam a temas como feminismo negro, saúde da população negra, literatura negra feminina, entre outros – muitas vezes desenvolvendo conceitos originais calcados em experiências vividas (Lima; Silva; Souza, 2024). Temos exemplos no CRIOLA (fundado em 1992 no Rio de Janeiro) e no ODARA – Instituto da Mulher Negra (criado em 2010), que trabalham na defesa dos direitos das mulheres negras combatendo o racismo, sexismo e lesbofobia por meio de pesquisas e ações sociais (Figueiredo, 2018). Iniciativas como o Coletivo Mjiba focam na promoção da literatura negra feminina para ampliar seu reconhecimento e valorizar a produção dessas escritoras como forma de resistência, enquanto o coletivo Das Pretas em Vitória (ES) também contribui nesta cena, formando e fortalecendo mulheres negras por meio de iniciativas culturais, palestras e encontros que afirmam a estética afro e promovem a consciência negra, unindo pesquisa, arte e ativismo (Dos Santos Reis; Araújo, 2021; Gomes; Carneiro, 2018).

A própria escrita coletiva de mulheres negras, conforme já citado, é uma forma de aquilombamento do saber – contra a colonialidade do saber, conceito de Aníbal Quijano (Reis, 2022). A presença de professoras negras permite que certos saberes antes excluídos adentrem a sala de aula universitária: práticas pedagógicas inspiradas em tradições africanas, referências a filósofos e cientistas negros nas disciplinas, metodologias de pesquisa participativas em comunidades periféricas, etc. Santos (2022) destaca que professoras negras constroem uma prática docente que vai além da técnica de ensino – elas se engajam em uma “construção do conhecimento que valoriza a visão de outros sujeitos” e critica abertamente o currículo eurocêntrico, inserindo intelectuais negros nas ementas e produzindo conhecimento crítico em artigos e congressos. Essas ações têm o efeito de descolonizar a produção acadêmica, sutil mas seguramente.

Entretanto, para que essas transformações sejam efetivas e sustentáveis, é imprescindível que sejam institucionalizadas e ampliadas. As políticas afirmativas devem ser objeto de constante aprimoramento, com o objetivo de garantir sua eficácia a longo prazo, além de serem amplamente defendidas contra possíveis retrocessos. Isso inclui a resistência a manifestações políticas e campanhas que, como ocorreu no período do governo anterior (2018-2022), buscam deslegitimar a política de cotas raciais, a qual se configura como um instrumento essencial para a promoção da justiça social e da equidade racial no contexto educacional brasileiro.

Nesse sentido, estudos como o da ENAP (2021) ressaltam a importância de ajustes na regulamentação das cotas, especialmente em concursos para professores, de modo a evitar brechas que possam comprometer seus efeitos. Outras medidas sugeridas incluem treinamentos de sensibilização e letramento racial para membros de bancas, gestores e toda a comunidade universitária, de modo a combater práticas discriminatórias e vieses inconscientes no cotidiano (seja na avaliação de candidatos, na distribuição de recursos ou na interação em sala de aula). Adicionalmente, garantir financiamento e reconhecimento para pesquisas sobre relações raciais (que muitas vezes sofrem preconceito acadêmico) é crucial para consolidar essa mudança de paradigma. Organizações como a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN) e eventos como Congressos Nacionais de Pesquisadores Negros têm funcionado como espaços-quilombo de troca de experiências e fortalecimento de pautas, e devem seguir sendo apoiados.

Por fim, as práticas transformadoras também passam por uma mudança de cultura acadêmica: é preciso reconhecer e valorizar a contribuição das mulheres negras na universidade para além das métricas tradicionais. Muitas vezes, essas profissionais assumem informalmente encargos de mentoria e apoio psicossocial a estudantes negros, lideram ações extensionistas em comunidades e atuam em comissões de diversidade – tarefas fundamentais para a inclusão, mas pouco valorizadas nos critérios de progressão na carreira. Incorporar essa dimensão de trabalho na avaliação acadêmica seria um passo transformador, alinhado à ideia de uma universidade socialmente referenciada.

Tabela 2 – Exemplos de barreiras e impeditivos, conquistas e impactos, e práticas, políticas e estratégias de resistência sobre mulheres negras no ensino superior.

Grupo ou categoria	Exemplos	Referências
Barreiras estruturais, institucionais e simbólicas	Desigualdade de acesso	Silva (2020) – Ipea
	Sub-representação docente	Moreira (2025); Oliveira (2020)
	Racismo institucional velado e micro agressões que questionam pertencimento e autoridade	Ribeiro (2024); Santos (2020)
	Misoginoir e assédio	Kwarteng (2022); Vedovato (2024)
	Tokenismo / hipervisibilidade	Costanzi e Mesquita (2021); Do Nascimento (2025)

	Baixa efetividade das cotas em concursos (Lei 12.990)	ENAP (2021); Brasil (2014)
Conquistas e impactos	Acesso ampliado (crescimento de matrículas de pessoas negras)	GIFE (2025); Aguiar (2021)
	Primeiras gerações de doutoras/professoras negras (em áreas como Física e Geografia)	Silva (2023); Azevedo e Sacramento (2022)
	Diversificação do conhecimento (saúde da população negra, feminismo negro etc.).	Santos et al. (2024); Collins (2019)
	Efeito-modelo: docentes negras atuam como mentoras, elevando autoestima e permanência discente.	Aguiar (2021); Santos et al. (2024)
	Transformações simbólicas: inclusão de referências afro-brasileiras em formaturas e currículos.	Macedo (2025); Sperotto (2022)
Práticas, políticas e estratégias de resistência	Ações afirmativas de ingresso: Lei 12.711/2012 (cotas), Prouni e cotas na pós-graduação.	Brasil (2012); Felipe e Santana (2024)
	Cotas em concursos públicos (Lei 12.990/2014) e resoluções internas de “cota docente”.	Brasil (2014); Tenente (2022)
	Políticas de permanência: bolsas de auxílio, residências universitárias, restaurantes universitários.	Oliveira e Vasconcelos (2024)
	Pedagogias antirracistas e inclusão da História/Cultura Afro-Brasileira (Leis 10.639/2003; 11.645/2008).	Brasil (2003); Brasil (2008); Soares e Costa (2019)
	Aquilombamento epistêmico: coletivos de pesquisadoras negras, escrita em coautoria.	Martins e Moisés (2023); De Azevedo e De Jagun (2024)

Percebemos: a trajetória das mulheres negras no ensino superior demonstra que políticas públicas acertadas, aliadas à agência e criatividade dessas mulheres, podem “movimentar estruturas” antes tidas como imutáveis (Santos, 2024). Ações afirmativas abriram portas; pedagogias antirracistas e práticas insurgentes estão mudando as salas de aula; e iniciativas de aquilombamento epistêmico prenunciam um futuro acadêmico mais democrático no que se refere à produção do saber.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de mulheres negras no ensino superior brasileiro, conforme analisada neste trabalho, reflete um movimento contínuo de ruptura e reconstrução. Ruptura dos velhos padrões excludentes – racismo, sexismo, elitismo acadêmico – e reconstrução de novos paradigmas baseados na diversidade, na justiça e na pluralidade de saberes. Partimos de um contexto histórico em que as



mulheres negras foram sistematicamente alijadas dos espaços de ensino e pesquisa, relegadas a posições subalternas. Mapeamos as múltiplas barreiras que ainda hoje dificultam seu acesso, permanência e ascensão na universidade, desde desigualdades socioeconômicas até sofisticados mecanismos de discriminação institucional e simbólica. Mas também evidenciamos que, apesar dessas barreiras, as mulheres negras vêm ressignificando a academia por meio de suas estratégias de resistência e existência: escrevendo suas experiências, aquilombando-se coletivamente, transgredindo currículos e afirmando novos discursos.

Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, bell hooks, Patricia Hill Collins, Kimberlé Crenshaw e Conceição Evaristo são algumas referências centrais nesta análise, demonstrando a importância de uma abordagem interseccional para compreender essa trajetória. Raça, gênero, classe, localidade e outros marcadores sociais atuam conjuntamente, produzindo desafios específicos – mas também identidades e forças específicas. Se ser mulher negra no Brasil implica um “acúmulo de lutas, indignação e avanços”, conforme Nilma L. Gomes (1995), no contexto universitário não é diferente: cada conquista individual representa uma batalha vencida contra o racismo e o patriarcado, e cada avanço coletivo (como a implementação de cotas ou a abertura de um novo espaço de discussão racial) é fruto de indignação transformada em ação.

Felizmente, os últimos anos testemunharam avanços concretos. A adoção de políticas afirmativas de acesso e permanência resultou em mais mulheres negras diplomadas e algumas galgando posições de professoras e pesquisadoras. Ainda que aquém do ideal, essa mobilização já movimentou as estruturas das universidades, abrindo brechas para que novas gerações não enfrentem um terreno tão árido. As conquistas dessas mulheres têm um efeito cascata: elas mudam vidas individuais, servem de farol para outras mulheres negras e modificam a própria produção de conhecimento no país. A presença de mulheres negras como docentes e pesquisadoras é em si uma forma de resistência e enfrentamento à supremacia branca na ciência, que historicamente monopolizou saberes e espaços de poder. Essa presença subverte expectativas, confronta estereótipos e enriquece o debate acadêmico com perspectivas antes ignoradas.

Ao mesmo tempo, é preciso ter nitidez de que a igualdade plena ainda está distante. Persistem desigualdades numéricas gritantes, sobretudo no topo da carreira acadêmica. Poucas mulheres negras chegaram a professoras titulares ou a postos de direção em universidades – algo que requer atenção nas próximas décadas. Persistem também desafios de ordem qualitativa: o racismo recreativo, as micro agressões diárias, o tokenismo, a cobrança excessiva sobre a docente ou discente negra (para que se prove competente a todo momento) e o risco de isolamento. Crises políticas e econômicas também podem ameaçar a continuidade de políticas de inclusão; houve, inclusive, nos últimos anos, debates acalorados e tentativas de reverter políticas de cotas – o que torna vital a defesa pública e fundamentada dessas ações com base em seus resultados positivos.



As histórias de resistência e sucesso das mulheres negras na academia devem servir não ao conformismo, mas à inspiração para aprofundar mudanças. As universidades precisam incorporar definitivamente o compromisso com a diversidade racial e de gênero em sua missão, o que significa consolidar ações afirmativas, ampliar programas de apoio e criar ambientes institucionalmente antirracistas. Significa, igualmente, promover a produção intelectual negra, incluindo-a nos currículos, citando e debatendo autoras negras (nacionais e estrangeiras) em todas as áreas do saber. Significa reconhecer e valorizar a dimensão comunitária e engajada que muitas mulheres negras trazem para a vida universitária, rompendo a dicotomia entre “excelência acadêmica” e “relevância social” – pois, como mostra a experiência dessas mulheres, excelência e inclusão podem e devem caminhar juntas.

Pesquisas futuras podem aprofundar sobre os artifícios — institucionais, comunitários e subjetivos — mobilizados por mulheres negras para acessar o ensino superior, ingressar na docência e consolidar trajetórias na pesquisa acadêmica. Tais estratégias, muitas vezes invisibilizadas nos estudos quantitativos, revelam caminhos insurgentes de mobilidade social e intelectual. Além disso, torna-se necessário um olhar mais atento às distinções entre as experiências de mulheres pretas e pardas, considerando que a categoria “mulheres negras” abriga heterogeneidades raciais, sociais e regionais que impactam diferentemente os percursos de acesso, permanência e reconhecimento no espaço acadêmico. Investigações que desagreguem esses marcadores podem contribuir para políticas mais sensíveis às desigualdades intra-raciais e fomentar ações afirmativas mais eficazes e contextualizadas.

Quando as mulheres negras – que se encontram na interseção das opressões – conseguem subir os degraus da educação e da carreira, toda a sociedade se beneficia de estruturas mais igualitárias e de novos saberes. Parafraseando uma ideia central de bell hooks (2013), “a educação pode ser um ato de liberdade”: graças à tenacidade das mulheres negras, a educação superior brasileira torna-se, a cada dia, um espaço um pouco mais livre das amarras do preconceito e mais rico em humanidade. Que assim continue, até o dia em que não seja mais notícia ou objeto de estudo o fato de uma mulher negra ocupar com plenitude o lugar que sempre foi seu por direito.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcela. “Se minha avó tivesse um diploma...”: análise da trajetória de mulheres pioneiras na educação superior. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Secretariado Executivo) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021.

AMORIM, Francisco. Consciência Negra: magistério superior conta com apenas 2,9% de professores autodeclarados pretos. Fiquem Sabendo, 18 nov. 2024. Don't LAI to Me, n. 136. Disponível em: <https://news.fiquemsabendo.com.br/p/consciencia-negra-magisterio-superior>. Acesso em: 16 maio 2025.

ARAGÃO, Karine; MENDES, Talita. A escrita de mulheres afrodiáspóricas como um anúncio de aquilombamento:: Solitária, de Eliana Alves Cruz. RE-UNIR-Revista do Centro de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Rondônia, v. 11, n. 2, p. 310-328, 2024.

AZEVEDO, Luyanne Catarina Lourenço; SACRAMENTO, Ana Cláudia Ramos. Mulheres negras professoras universitárias e suas trajetórias socioespaciais no ensino de geografia. Caminhos de Geografia, v. 23, n. 87, p. 53-69, 2022.

BATISTA, Valdoni Ribeiro; RAUEN, Margarida Gandara. A desarticulação do androcentrismo e da discriminação interseccional por meio do ensino da arte contemporânea. PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG, p. 72-95, 2017.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jun. 2014. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2019: divulgação dos resultados. Brasília, DF: INEP, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e estado, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Boitempo editorial, 2019.



COSTANZI, Chiara Gomes; MESQUITA, Juliana Schneider. São essas mínimas coisas do dia a dia que vão te colocando no seu lugar, sabe, que não é ali?": O Cotidiano de Pesquisadoras Negras no Contexto Acadêmico da Administração. *Revista Gestão & Conexões*, v. 10, n. 2, p. 122-144, 2021.

CRISOSTOMO, Maria Aparecida dos Santos; REIGOTA, Marcos Antonio dos Santos. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 15, p. 93-106, 2010.

DE AZEVEDO, Bruna Jardim Saldanha; DE JAGUN, Márcio. Aquilombamento como modo de existência: diálogos entre Brasil e África. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, v. 13, n. 2, p. 150-160, 2024.

DO NASCIMENTO, Allan Freire. Da tolerância dos antigos comparada a dos modernos: o mercado de ideias e as ideias do mercado em ensaio sobre tokenismo e convivência. *Studies in Social Sciences Review*, v. 6, n. 1, p. e14213-e14213, 2025.

DOS SANTOS REIS, Diego; ARAÚJO, Elisângela. A margem da margem: o lugar do feminino na literatura periférica paulista. *Percursos*, v. 22, n. 50, p. 145-169, 2021.

DU BOIS, William Edward Burghardt. *As almas do povo negro*. Veneta, 2021.

ENAP. Relatório Quantitativo sobre a Implementação da Lei nº 12.990/2014 no Poder Executivo Federal. Brasília, DF: ENAP, 2021.

EVARISTO, Conceição et al. A escrevivência e seus subtextos. *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, v. 1, p. 26-46, 2020.

FAUSTIN, Gustavo Augusto Assis et al. Mulheres negras nas exatas: debates em espaço de educação não formal. *Educación química*, v. 33, n. 2, p. 219-234, 2022.

FELIPE, Delton Aparecido; SANTANA, Quéren Samai Moraes. AÇÕES AFIRMATIVAS DE ACESSO À PÓS-GRADUAÇÃO. *O Social em Questão*, v. 1, n. 61, 2024.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 09, n. 02, jun. 2018.

FREITAS, Jefferson B. de et al. Raça, gênero e saúde mental nas universidades federais. *Boletim do GEMMA*, n. 8, p. 1-11, 2020.

GIFE. Apesar do aumento de pessoas negras nas universidades, cenário ainda é de iniquidade. Disponível em: <https://gife.org.br/apesar-do-aumento-de-pessoas-negras-nas-universidades-cenario-ainda-e-de-desigualdade/#:~:text=J%C3%A1%20o%20levantamento%20realizado%20pelo,da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20que%20alcan%C3%A7a%2056>. Acesso em 16 mai 2025.

GOMES, Ivan Marcelo; CARNEIRO, Gustavo Marchetti. A corporeidade “das pretas”: identidade e consumo nas estratégias políticas de empoderamento em um coletivo de mulheres negras na cidade de Vitória. *Movimento*, Porto Alegre, v. 24, n. 4. 2018.

GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras*. Mazza Edições, 1995.



HOOKS, Bell et al. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, v. 2, 2013.

KWARTENG, Joseph et al. *Misogynoir: challenges in detecting intersectional hate*. *Social Network Analysis and Mining*, v. 12, n. 1, p. 166, 2022.

LIMA, José Rafael Pedro; SILVA, Lídia De Cassia Damascena Da; SOUZA, Victor Hugo De Almeida De. *Desafios e oportunidades: mulheres negras em cargos de liderança*. *Ciências Sociais Aplicadas*, [S.l.], v. 29, ed. 140, 6 nov. 2024

LORDE, Audre et al. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019.

LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Autêntica editora, 2019.

LORDE, Audre. *A transformação do silêncio em linguagem e em ação*. In: *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica. 2019.

MACEDO, Vitória. *Capelos para cabelos afros tornam formatura mais inclusiva para população negra*. Estado de Minas, Belo Horizonte, 3 maio 2024. *Diversidade*. Disponível em: <https://www.em.com.br/diversidade/2024/05/6849425-capelos-para-cabelos-afros-tornam-formatura-mais-inclusiva-para-populacao-negra.html>. Acesso em: 16 maio 2025.

MARTINS, Zilda; MOISÉS, Raika Julie. *Grupo de estudos Muniz Sodré sobre Relações Raciais: um aquilombamento epistêmico*. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 46., 2023, Belo Horizonte. *Anais*. Belo Horizonte: Intercom; PUC Minas, 2023.

MENEZES, Márcia Barbosa de. *Eliza: trajetória e estratégias de sobrevivência de uma outsider/within na Matemática*. *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, v. 37, n. 76, p. 407-426, 2023.

MOREIRA, Sandra Seabra. *Onde estão os professores negros?* *Revista Ensino Superior*, 18 nov. 2022. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/2022/11/18/onde-estao-os-professores-negros/>. Acesso em: 16 maio 2025.

OLIVEIRA, Edicleia Lima De. *Trajetórias e Identidades de Docentes Negras na Educação Superior [recurso eletrônico]*. 2020. *Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados*, 2020.

OLIVEIRA, Susana Dainara Terto de; VASCONCELOS, Priscila Batista. *Narrativas de trajetórias socioespaciais de estudantes negras do curso de geografia da Universidade Regional do Cariri, em Crato-Ceará*. *Revista de Geografia*, [S. l.], v. 41, n. 3, p. 174–196, 2024. DOI: 10.51359/2238-6211.2024.264200.

PEREIRA, Camila Santos; PEREIRA, Anamaria Ladeira; POCAHY, Fernando. *Mulheres negras no ensino superior: ressonâncias e(m) escrevivências*. *Revista Inter-Ação*, v. 46, n. 3, p. 1360-1377, 2021.

RASEAM. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – 2025*. [S.l.]: Rede de Acompanhamento Socioeconômico das Mulheres (RASEAM), 2025.

REIS, Diego dos Santos. *A colonialidade do saber: perspectivas decoloniais para repensar a universidade*. *Educação & Sociedade*, v. 43, p. e240967, 2022.



REIS, Dyane. TRAJETÓRIAS NEGRAS IMPORTAM HISTÓRIAS DE NORDESTINAS (OS) EGRESSAS DE POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO (2003-2018). *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 25, p. 28-41, 2020.

RIBEIRO, Marlília. O RACISMO INSTITUCIONAL (RE) VELADO NOS ATOS DISCRICIONARIOS DE UNIVERSIDADES FEDERAIS E A SAÚDE MENTAL DE SERVIDORAS NEGRAS EM QUESTÃO. 2024. Tese de Doutorado. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

SANTOS, Ana Carolina Silva dos et al. MULHERES NEGRAS E DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: TRAJETÓRIAS E RUPTURAS. *Psicologia da Educação*, v. 57, p. 62-71, 2024.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. *Lua Nova: revista de cultura e política*, p. 105-124, 1997.

SANTOS, Débora Sirno; DE OLIVEIRA DIAS, Luciana. Saberes e pertencimentos espelhados: quando uma professora negra fala sobre feminismo negro. *Humanidades & Inovação*, v. 6, n. 16, p. 13-22, 2019.

SANTOS, Gislaine da Silva. "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela": a importância da teoria e militância de Angela Davis para (re)pensar os feminismos no Brasil. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2018.

SANTOS, Pedro Roberto dos. Pensamento negro e educação: o Instituto Steve Biko. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021

SANTOS, Wellington Pereira. Feminismo negro acadêmico: resistência e práticas insurgentes nas trajetórias de professoras negras universitárias. 2022. 207 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SANTOS, Zenaira da Silva. A vitória de uma é a vitória de todas: a trajetória acadêmica das mulheres negras do curso de graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense. 2020. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020

SILVA, Isadora Santos da. Raça e gênero na Física: trajetórias acadêmicas de mulheres negras. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

SILVA, Tatiana Dias. Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente. Texto para discussão, 2020.

SOARES, Maria Helena Silva; COSTA, Roberta Liana Damasceno. Sobre a educação como prática de liberdade:: Lições e diálogos entre Paulo Freire e Bell Hooks. *Kalagatos: Revista de Filosofia*, v. 16, n. 2, p. 129-145, 2019.

SPEROTTO, Amanda. Pela primeira vez na história, formanda da UFSC usa beca branca. ND+, Florianópolis, 21 jul. 2022. Educação. Disponível em: <https://ndmais.com.br/educacao/pela-primeira-vez-na-historia-formanda-da-ufsc-usa-beca-branca/>. Acesso em: 16 maio 2025.



TENENTE, Luiza. Lei de cotas em concursos: entenda por que universidades sorteiam vagas para contratar professores negros. g1, 29 ago. 2022. Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/08/29/lei-de-cotas-em-concursos-entenda-por-que-universidades-sorteiam-vagas-para-contratar-professores-negros.ghtml>. Acesso em: 16 maio 2025.

VEDOVATO, V. Interseccionalidade e Vivências Acadêmicas: Reflexões sobre a experiência de mulheres negras na USP. SciELO Preprints, 2024.